

ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL

1. PROCESSO 2011.1.3228.86.2 – ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES



EACH

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

1 23

Of./EACH/ Dir.-246/2011.

São Paulo, 31 de outubro de 2011.

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco

Procurador Geral

Universidade de São Paulo

Prezado Procurador Geral,

Tendo em vista a inexistência de Departamentos na Escola de Artes, Ciências e Humanidades e a possibilidade de locar os docentes em mais de um curso, objetivando a interdisciplinaridade, a melhor distribuição das cargas didáticas e a melhor adequação no caso da criação de novos cursos, solicitamos a Vossa Senhoria a análise, e posterior encaminhamento ao Conselho Universitário, da inclusão de parágrafo único ao artigo 122 do Regimento Geral (Resolução n. 3745, de 19 de outubro de 1990) com a seguinte redação:

"Parágrafo único – No caso das Unidades sem Departamentos, os cargos da carreira docente serão criados nas Unidades."

Recordamos que a EACH não é o único caso de Unidade sem Departamentos e que esta proposta de alteração regimental seria útil a essas Unidades. Adicionalmente, os concursos para professor titular na EACH são sabiamente realizados para a Escola e, por simetria, os concursos para docentes deveriam seguir o mesmo conceito.

Aproveitamos a ocasião para renovar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dr. J. Jorge Boueri F
Diretor



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

oh

PG. P. n. 147/12
SYHC

Autos USP n.: 2011.1.3228.86.2

Interessado(a): ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES – EACH.

Assunto: Consulta quanto à possibilidade de locar os servidores docentes em mais de um curso, objetivando a interdisciplinariedade, a melhor distribuição de cargas didáticas e a melhor adequação em caso de criação de novos cursos. Proposta de alteração do art. 122 do Regimento Geral para inclusão de dispositivo que trate das Unidades que não se dividem em Departamentos. Necessidade de alteração também do art. 125 deste diploma.

PARECER

Senhor Procurador Geral,

1. Trata-se de consulta formulada pelo d. Diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH quanto à possibilidade de locar os servidores docentes da Unidade em mais de um curso, tendo em vista a inexistência de Departamentos na EACH, e objetivando-se, com isso, a interdisciplinariedade, a melhor distribuição de cargas didáticas e a melhor adequação em caso de criação de novos cursos (fls. 02).

94



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2
07

2. Para tanto apresenta o d. consultante proposta de alteração do art. 122 do Regimento Geral a fim de ser incluído um parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único – No caso das Unidades sem Departamentos, os cargos da carreira docente serão criados nas Unidades.”

É o relatório do quanto necessário. Passo a opinar.

3. O art. 122 do Regimento Geral atualmente vigente assim versa:

“Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão criados em cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co.”

4. Em verdade, há certa impropriedade já na redação do dispositivo acima transcrito. Com efeito, embora o artigo refira-se à “criação”, a rigor, a criação dos cargos públicos, como já reiteradamente decidido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, há de ser sempre feita por lei em sentido estrito.

5. O art. 122 do Regimento Geral, portanto, não deveria utilizar a expressão “criados”, mas, sim, o termo “distribuídos”, pois é este ato que ele pretende regular.

6. Assim, a lei (em sentido estrito) cria o cargo e ele é distribuído segundo o procedimento previsto no art. 122 do Regimento Geral.

7. Acontece que o dispositivo, ao cuidar dos cargos da carreira docente prevê apenas a hipótese de distribuição para cada Departamento, sem referência às Unidades que não se dividem em Departamentos.

8. Verificando esta lacuna, sugere o d. consultante a alteração do artigo em comento, para a inclusão de um parágrafo único com a finalidade de tratar especificamente das Unidades cuja estrutura, como a da EACH, não compreende a separação em Departamentos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

06

9. A redação sugerida pelo d. consultante, contudo, pode levar a uma má compreensão.

10. Com efeito, ao estatuir que "os cargos da carreira docente serão criados nas Unidades" sem maiores esclarecimentos, pode surgir interpretação errônea de que a criação dos cargos seria feita pela própria Unidade, sem participação do Co.

11. Como esta não é a finalidade da inclusão de um parágrafo único no art. 122 do Regimento Geral, mas apenas o esclarecimento de que os cargos da carreira docente ficam distribuídos para a própria Unidade (e não para um ou outro Departamento, pois estes inexistem), pode-se recomendar uma nova redação à proposta do d. Diretor da EACH, já incluindo a atualização do *caput* do art. 122 do Regimento Geral:

"Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão distribuídos para cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co.

"Parágrafo único - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os cargos da carreira docente serão distribuídos para a própria Unidade, obedecendo-se ao procedimento previsto no caput deste artigo."

12. Além disso, a mera alteração do art. 122 do Regimento Geral, sem revisão sistemática das demais previsões do Regimento Geral, poderia gerar contradições.

13. A fim de evitar-se esta situação, sugere-se que a proposição do d. consultante seja acompanhada de proposta de modificação também do art. 125 do Regimento Geral, o qual rege a realização dos concursos da carreira docente e que na atualidade assim dispõe:

"Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

"§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

"§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação."

24



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

6X

14. Constata-se que atualmente o art. 125 do Regimento Geral, ao disciplinar os concursos da carreira docente, trata apenas das Unidades que se organizam em Departamentos.

15. A proposição feita pelo d. Diretor da EACH necessita, portanto, incluir proposta de alteração do art. 125, a qual poderá seguir nos seguintes termos, com a inclusão de §§ 3º e 4º:

“Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

“§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

“§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação.

“§3º - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os concursos serão feitos para a própria Unidade, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

“§4º - Nas Unidades de que trata o §3º, o programa será proposto pela CG, ou, quando o caso, conjuntamente pela CG e pela CPG, e deverá ser submetido à apreciação da Congregação.”

16. Com a recomendação acima, podem os autos ser devolvidos à EACH para análise pela sua Congregação da conveniência de apresentação de proposta de alteração do Regimento Geral.

17. Sendo o que me competia observar, submeto os autos à apreciação da d. Chefia, com sugestão de devolução à EACH.

Procuradoria Geral, 16 de janeiro de 2012.

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Procuradora
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

De acordo.
PG, 16/01/2012.

Jocella de Almeida Castillo
Procuradora Chefe

*Acolho o bem fundado parecer.
à EACH para reapreciação,
retornando.*

PG, 17. jan. 2012

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



EACH

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

Of. EACH/DIR.-099/2012

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral
Universidade de São Paulo

Prezado Procurador Geral,

Informamos que atendendo à recomendação desta Procuradoria, a Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, em sua 43ª Sessão Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2012, aprovou a recomendação de proposta do Conselho Universitário para modificação dos arts. 122 e 125 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, conforme indicado no parecer da d. Procuradoria à fls. 06 e 07.

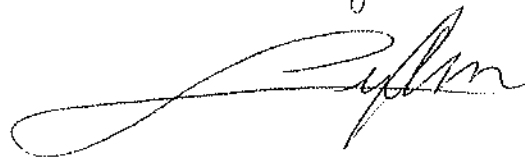
Sem mais colocamo-nos à disposição, para o que se fizer necessário e aproveitamos a oportunidade para expressar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dr. J. Jorge Boueri F.
Diretor

*Despacho no
verso*

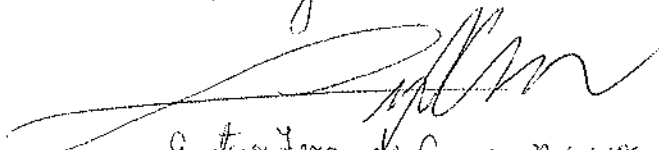
PG, 23. fev 2012



Trata-se de proposta de alteração
do Regimento Geral da USP.

Considerando a manifestação de fls. 08,
da Congregação da EACH, que aceitou
as sugestões desta Procuradoria Geral
no que tange à redação dos arts. 122 e
125, constantes do Parecer PGr 147/2012,
os autos estão em condição de serem
alçados à consideração da d. CLR.

PGr, 23 fev 2012


Gustavo Ferreira de Campos Moraes
Proc.-geral.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessada: EACH

Assunto: Alteração do Regimento Geral da Universidade

Senhor Presidente da CLR,

Provêm os autos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades com proposta de alteração do Regimento Geral da USP para corrigir uma falha existente desde 2005, quando o Estatuto da Universidade deixou de exigir que as Unidades de Ensino e Pesquisa se dividam em Departamentos. A mudança deixou lacunas no RG, pois os arts. 122 e 125, ao normatizar a criação de cargos, ignoram as Unidades monolíticas.

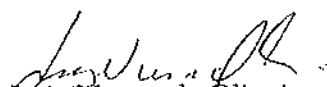
A proposta da EACH motivou o cuidadoso parecer da Procuradoria Geral a fls. 04-07, que sugere novas redações para os dois artigos do RG. Em particular, o parecer propõe substituir a expressão "Os cargos...criados em..." por "Os cargos...distribuídos para..." no art. 122, para deixar claro que os cargos da carreira docente somente podem ser criados por lei. As modificações, que foram aprovadas pela Congregação da Unidade, são resumidas nos seguintes quadros.

Redação atual	Redação proposta
Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão criados em cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co.	Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão <u>distribuídos para</u> cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co. <u>Parágrafo único - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os cargos da carreira docente serão distribuídos para a própria Unidade, obedecendo-se ao procedimento previsto no caput deste artigo</u>

Redação atual	Redação proposta
<p>Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.</p> <p>§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.</p> <p>§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá submetido à apreciação da Congregação.</p>	<p>Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.</p> <p>§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.</p> <p>§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá submetido à apreciação da Congregação.</p> <p><u>§ 3º - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os concursos serão feitos para a própria Unidade, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.</u></p> <p><u>§ 4º - Nas Unidades de que trata o § 3º, o programa será proposto pela CG, ou, quando o caso, conjuntamente pela CG e pela CPG, e deverá ser submetido à apreciação da Congregação.</u></p>

Trata-se, como se vê, de sugestões de aprimoramento do Regimento Geral. Meu parecer é favorável a sua aprovação pela CLR, para que a matéria possa em seguida ser apreciada pelo Conselho Universitário.

São Carlos, 9 de março de 2012


Luiz Nunes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 13

Proc. N.º _____

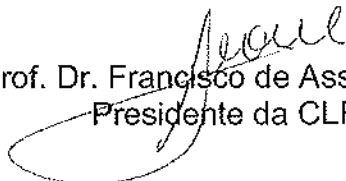
Rub. _____

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessado: ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

A CLR, em sessão realizada em 14 de março de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral.

São Paulo, 15 de março de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 15 de março de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 14

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessado: ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

O Conselho Universitário, em sessão de 20.06.2012, retirou os autos de pauta, para análise da matéria pela Comissão de Atividades Acadêmicas.

Encaminhem-se os autos à CAA.

São Paulo, 21 de junho de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

PARECER

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessado: Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Assunto: Proposta de alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo

Trata-se de solicitação do Diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP de modificação do Regimento Geral da USP, no que tange à distribuição de cargos e concursos docentes, uma vez que o Regimento vigente não atende às especificidades das Unidades de Ensino que não estão organizadas em Departamentos. A proposta foi analisada pela Procuradoria Geral, que elaborou parecer favorável e sugestão de modificação no texto dos artigos 122 e 125, tendo sido aprovada pela CLR.

A proposta parece bem formulada e atende adequadamente às especificidades das Unidades não organizadas em Departamentos, de modo que o parecer é favorável à aprovação.


São Paulo, 06 de agosto de 2012


Benedito Carlos Maciel

A CAA, em sessão realizada em **06.08.2012**, aprovou o parecer do relator, favorável à alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral, conforme proposta encaminhada.

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 6 de agosto de 2012.


Rúbens Beçak
Secretário Geral

Assunto: proposta do IAU para o artigo 125 do RG**Data:** Fri, 24 Aug 2012 14:31:05 -0300 [14:31:05 BRT]**De:** Carlos A. Ferreira Martins <cmartins@sc.usp.br>**Para:** sg@edu.usp.br

Prezado Professor Rubens,

Como já havia manifestado pessoalmente, o IAU apoia a iniciativa da EACH no sentido de suprir uma lacuna no nosso Regimento Geral a respeito dos concursos docentes em Unidades de Ensino e Pesquisa não estruturados em Departamentos.

No passado dia 17/08 a nossa Congregação manifestou-se formalmente no sentido de:

- 1) Apoiar a redação proposta para o § 3º do art. 125.
- 2) Propor uma alternativa para a redação do § 4º, com o seguinte teor:

§4º. Nas Unidades de que trata o §3º, o programa será proposto pelo CTA e deverá ser submetido à Congregação.

Nossa motivação é que, nas 4 Unidades (EACH, EEFERP, IRI e IAU) o CTA é composto pelos Presidentes das Comissões Estatutárias. Assim o programa seria proposto levando em consideração as metas e necessidades da Unidade para a graduação e a pós mas também para a pesquisa e a cultura e extensão.

Não parece coerente com a missão e as perspectivas estratégicas que nossa Universidade vem afirmando contratar docentes apenas levando em conta as necessidades de ensino (graduação e pós) e ignorando a atuação do futuro docente na pesquisa e na cultura e extensão.

Pretendíamos levar essas considerações à CAA mas infelizmente não fomos avisados da realização da reunião.

Solicito então, respeitosamente, os seus valiosos préstimos para que, sem atrasar a votação dessa matéria, o CO não seja levado a aprovar um critério anacrônico face à missão que a nossa Universidade hoje define de forma tão precisa. Me coloco à inteira disposição da Secretaria Geral ou da CAA para a eventual necessidade de maiores esclarecimento de nossa posição.

Cordiais Saudações

Carlos A. Ferreira Martins
Diretor - Dean
Instituto de Arquitetura e Urbanismo
USP São Carlos
fone (55) 16 33739294
www.iau.usp.br

PARECER

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessado: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Assunto: Proposta de alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

Trata-se de solicitação do Diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP de modificação do Regimento Geral da USP no que tange à distribuição de cargos e concursos docentes, uma vez que o Regimento vigente não atende às especificidades das Unidades de Ensino que não estão organizadas em Departamentos. A proposta foi analisada pela Procuradoria Geral, que elaborou parecer favorável e sugestão de modificação no texto dos artigos 122 e 125, tendo sido aprovada pela Comissão de Legislação e Recursos.

A modificação inicialmente proposta no § 4º do artigo 125 estabelece que "Nas Unidades de que trata o § 3º, o programa será proposto pela CG, ou quando o caso, conjuntamente pela CG e pela CPG, e deverá ser submetido à apreciação da Congregação". Considerando que nas 4 Unidades de Ensino da USP não organizadas em Departamentos o CTA tem na sua composição os Presidentes das Comissões Estatutárias, a Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos propõe a seguinte redação: "Nas Unidades de que trata o § 3º, o programa será proposto **pelo CTA** e deverá ser submetido à apreciação da Congregação".

Em conjunto, as propostas parecem atender mais adequadamente às peculiaridades dessas Unidades de Ensino não organizadas em Departamentos. A sugestão apresentada pela Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos permite que programa proposto seja submetido a um colegiado que tem condições de avaliar de modo mais abrangente o perfil docente que melhor atende às necessidades institucionais e não apenas aquelas vinculadas à Graduação e Pós-graduação, de modo que o parecer é favorável à aprovação das modificações, incluída aquela que atribui ao CTA a responsabilidade de analisar o programa do concurso docente.

São Paulo, 17 de setembro de 2012


Benedito Carlos Maciel

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA****INFORMAÇÃO Nº** _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2011.1.3228.86.2**Interessado:** ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Considerando o documento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, veiculado por e-mail, de 24.08.12, a CAA, em sessão realizada em **17.09.2012**, aprovou o novo parecer do relator, favorável à proposta referente ao § 4º do artigo 125 do Regimento Geral, do seguinte teor: "§ 4º - Nas Unidades de que trata o § 3º, o programa será proposto pelo CTA e deverá ser submetido à Congregação."

Encaminhem-se os autos à CLR.

São Paulo, 17 de setembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA**

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2011.1.3228.86.2

Interessado: ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

A CLR, em sessão realizada em 18 de setembro de 2012, manifestou-se favoravelmente à proposta de alteração do § 4º do artigo 125 do Regimento Geral, aprovada pela CAA, em sessão realizada em 17.09.2012.

São Paulo, 18 de setembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 18 de setembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivo do Regimento Geral da
Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O artigo 122 do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19.10.90 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão distribuídos para cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co. (NR)

Parágrafo único - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os cargos da carreira docente serão distribuídos para a própria Unidade, obedecendo-se ao procedimento previsto no *caput* deste artigo.”

Artigo 2º – O artigo 125 fica acrescido dos parágrafos 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Artigo 125 - ...

§ 3º - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os concursos serão feitos para a própria Unidade, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar um área de conhecimento.

§ 4º - Nas Unidades de que trata o § 3º, o programa será proposto pelo CTA e deverá ser submetido à Congregação.”



Secretaria Geral

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

2. PROCESSO 2012.1.147.4.8 – INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA E ENERGIA



2012DG02OF017
ILS/vms.

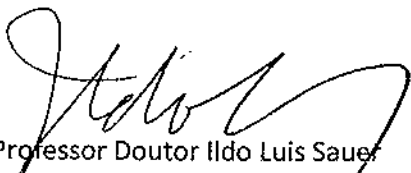
São Paulo, 24 de Abril de 2012.

Prezado Professor,

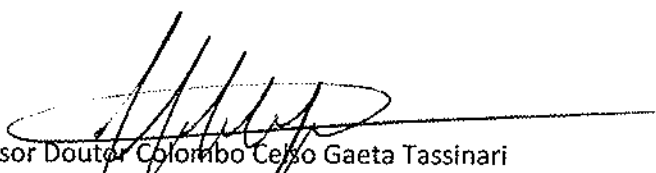
Estamos encaminhando uma solicitação de modificação no Regimento Geral da USP, que passará a permitir a dupla vinculação dos docentes no desenvolvimento de atividades interdisciplinares e interunidades de ensino e pesquisa.

Certos de podermos contar com a atenção de V.Sa., colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos e reiteramos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente



Professor Doutor Ildo Luis Sauer
Diretor
Instituto de Eletrotécnica e Energia



Professor Doutor Colombo Celso Gaeta Tassinari
Vice-Diretor
Instituto de Eletrotécnica e Energia

Ilmo. Senhor
Professor Doutor Rubens Beçak
MD. Secretário Geral da USP
Universidade de São Paulo



**PROPOSTAS PARA FLEXIBILIZAR A VINCULAÇÃO DOS DOCENTES PARA PROPICIAR E RECONHECER O
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES E INTERUNIDADES DE ENSINO E
PESQUISA**

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento do sistema acadêmico universitário e o progresso científico baseou-se fortemente no aprofundamento e especialização das disciplinas. Assim foi nos primórdios dos primeiros experimentos universitários, mas o aprofundamento desse processo deu-se principalmente com o apoio que o sistema acadêmico proporcionou ao desenvolvimento urbano-industrial baseado nos conceitos da Revolução Industrial, principalmente a partir do Século XVII.

A partir de meados do Século XX tornou-se patente que, se de um lado, a manutenção e aprofundamento do conhecimento disciplinar permanecia essencial, de outro lado, emergia o reconhecimento que novos problemas e questões somente seriam resolvidos, e assim a ciência e tecnologia avançariam mediante o enfoque interdisciplinar e a cooperação entre instituições acadêmicas. E, a USP ativamente participou desse reconhecimento através da implantação de programas interdisciplinares e interunidades de pós-graduação, de pesquisa e de graduação, entre outros.

Todavia, mesmo com o sucesso deste processo no âmbito da USP, há abundantes indicações de que os resultados poderiam ser potencializados mediante a superação de duas barreiras: a) a flexibilização da vinculação dos docentes, hoje presa a um único Departamento, de certa forma ainda reconhecido na estrutura universitária como sendo a única célula repositória do conhecimento; b) a dificuldade de incluir na avaliação do docente o conjunto das atividades interdisciplinares e interunidades de ensino e pesquisa desenvolvidas no âmbito da Universidade e não apenas aquelas vinculadas ao Departamento.

As alterações propostas no artigo 130 do regimento geral permitem resolver os dois problemas, para docentes admitidos, como atualmente, para atuar em um Departamento. Adicionalmente, as alterações propostas nos artigos 122 e 125 permitiriam inaugurar a possibilidade da contratação inicial de docentes vinculados a mais de um Departamento, em atendimento a necessidade reconhecida de atuação interdisciplinar, interdepartamental ou interunidades.

A adoção destas medidas permitirá um salto de qualidade e intensidade nos processos de cooperação interdisciplinar e interunidades no âmbito da USP. Trata-se de uma estratégia que permitirá benefícios para todos docentes, Departamentos e Unidades, pois a flexibilização é multidirecional.

A seguir são reproduzidas as normas vigentes, segundo o Regimento Geral da USP e, em seguida, são apresentadas as propostas de alteração.

**NORMAS VIGENTES PARA A CARREIRA DOCENTE E VINCULAÇÃO DOS DOCENTES AOS
DEPARTAMENTOS - REGIMENTO GERAL DA USP:**

TÍTULO VI - DO CORPO DOCENTE

Capítulo I

Da Carreira Docente

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 121 - O candidato a concurso para provimento dos cargos da carreira, bem como para a livre-docência, deverá apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

I - (suprimido pela Resolução nº 4957/2002)

II - prova de quitação com o serviço militar;

III - título de eleitor.

§ 1º - Para os efeitos de ingresso ou progressão na carreira docente, a USP não distinguirá entre brasileiros e estrangeiros. (alterado pela Resolução nº 3801/91)

§ 2º - Os candidatos estrangeiros a concurso de cargos da carreira docente, bem como à livre-docência serão dispensados das exigências referidas nos incisos II e III deste artigo. (alterado pela Resolução nº 3801/1991)

§ 3º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências contidas nos incisos II e III deste artigo. (alterado pela Resolução nº 3801/91)

Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão criados em cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co.

Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação.

Artigo 126 - Os regimentos das Unidades poderão estabelecer normas complementares necessárias para disciplinar a realização das provas dos concursos para a carreira docente, bem como para a livre-docência.

Artigo 127 - Nos concursos para os cargos da carreira docente, quando o Departamento abrigar especialidades suficientemente distintas, passíveis de definição por disciplina ou conjunto de



disciplinas, o Conselho do Departamento poderá, mediante justificção, indicar a especialidade escolhida e o respectivo programa.

Parágrafo único - Do edital de abertura deverão constar a especialidade e o respectivo programa.

Artigo 128 - Todos os concursos para provimento de cargos da carreira docente serão de validade imediata, respeitados os prazos legais referentes à posse.

Artigo 129 - No concurso de livre-docência, ocorrendo a hipótese prevista no art 127, todas as especialidades deverão constar do edital, com a indicação dos respectivos programas.

§ 1º - Os programas do concurso deverão estar à disposição dos interessados na secretaria da Unidade.

§ 2º - Os candidatos à livre-docência, ao se inscreverem deverão indicar a especialidade a que concorrem.

§ 3º - A Congregação poderá constituir tantas comissões julgadoras quantas forem as especialidades indicadas pelos candidatos cujas inscrições forem aceitas.

Artigo 130 - Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa e respeitada a categoria docente, permitir-se-á a transferência de docentes:

I - de um Departamento para outro na mesma Unidade ou de Unidades diferentes;

II - de outra instituição de ensino superior para Unidade da USP.

§ 1º - As hipóteses previstas no inciso I dependerão da prévia anuência do docente e do pronunciamento favorável dos Conselhos dos Departamentos e das Congregações.

§ 2º - A transferência prevista no inciso II dependerá da manifestação favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação interessada.

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA FLEXIBILIZAR A VINCULAÇÃO DOS DOCENTES PARA PROPICIAR E RECONHECER O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES E INTERUNIDADES DE ENSINO E PESQUISA (em vermelho)

REGIMENTO GERAL DA USP:

Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão criados em cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co.

§ 1º - Poderão ser criados cargos com vinculação a mais de um Departamento ou Unidade, por proposta dos Departamentos ou órgãos interessados, mediante pronunciamento favorável do CTA e da Congregação ou Conselho Deliberativo das Unidades envolvidas.

Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação.

§ 3º - No caso de cargos vinculados a mais de um Departamento o programa deverá ser proposto pelos Departamentos e apreciado pelas Congregações ou Conselhos Deliberativos envolvidos.

§ 3º - A Congregação poderá constituir tantas comissões julgadoras quantas forem as especialidades indicadas pelos candidatos cujas inscrições forem aceitas.

Artigo 130 - Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa e respeitada a categoria docente, permitir-se-á:

I - a transferência de docentes de um Departamento para outro na mesma Unidade ou de Unidades diferentes;

II – a transferência de outra instituição de ensino superior para Unidade da USP;

III – a vinculação a mais de um Departamento ou Unidade para viabilizar o ensino e pesquisa interdisciplinares ou interunidades em programas e atividades devidamente aprovados pelas instâncias pertinentes no âmbito da Universidade.

§ 1º - As hipóteses previstas no inciso I dependerão da prévia anuência do docente e do pronunciamento favorável dos Conselhos dos Departamentos e das Congregações.

§ 2º - A transferência prevista no inciso II dependerá da manifestação favorável de pelo menos dois terços dos membros da Congregação interessada.

§ 3º - A vinculação a mais de um Departamento ou Unidade será solicitada pelo docente e aprovada pela Unidade responsável pela gestão do programa ou atividade de ensino e pesquisa interdisciplinar ou interunidade.

§ 4º - A avaliação do docente que desenvolver atividades interdisciplinares ou interunidades de ensino e pesquisa deverá considerar o conjunto das suas atividades no âmbito da Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

1

PG. P. 1812/12- RUSP
GFCM

PROCESSO nº: 2012.1.147.4.8

INTERESSADO: Universidade de São Paulo

ASSUNTO: Docente. Proposta de vinculação originária a dois Departamentos, de duas Unidades diversas. Alteração dos artigos 122 e 125, do Regimento Geral. Abertura de concurso público que preveja a dupla vinculação. Proposta de vinculação com o Departamento ou a Unidade de origem. Manutenção do vínculo originário e estabelecimento de vínculo subsidiário com outro Departamento (da mesma ou de outra Unidade) ou com outra Unidade. Proposta de alteração do art. 130 do Regimento Geral. Necessidade de melhor técnica jurídico-administrativa. Inclusão do artigo 130-A ao Regimento Geral.

PARECER

Trata-se de proposta encaminhada pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP que, reconhecendo o processo de implantação da interdisciplinaridade na USP, bem como da implantação de Programas Interunidades, sugere mecanismo de aprofundamento dessa sistemática. A proposta calca-se, basicamente, na vinculação originária de parcela dos docentes a dois Departamentos, de duas Unidades diversas. Para tanto, sugere a alteração dos artigos 122 e 125, do Regimento Geral para prever mecanismos de abertura de concursos públicos com distribuição de cargos docentes para ambas as Unidades e aprovação dos programas das disciplinas por ambos os Departamentos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

4

A proposta, bem se vê, terá efeitos futuros apenas. Daí por que se preveja, ainda, a alteração do art. 130 do RG. Nesse caso, a proposta é a de que o docente vinculado com Departamento ou Unidade de origem possa pleitear vinculação subsidiária com outro Departamento ou Unidade, mantendo o vínculo originário, mediante aprovação dos órgãos competentes.

É o relatório. Passo a opinar.

O mérito da proposta deverá ser analisado pelo colendo Conselho Universitário, ouvidas as Comissões pertinentes. Cabe a essa Procuradoria Geral manifestar-se sobre os aspectos jurídicos das sugestões encaminhadas pelo IEE.

No entanto, é de se ressaltar desde logo que a dupla vinculação originária não parece ser conveniente por razões de mérito administrativo. Explica-se. No trâmite de distribuição dos cargos docentes são analisados pelos órgãos responsáveis diversos indicadores referentes às atividades dos departamentos e unidades contemplados. Ademais disso, na hipótese de vacância do cargo, poderá haver dúvidas e disputas acerca do destino de eventual vaga de reposição.

E mais do que isso, poderá haver, em caso de indicação originária e explícita de dupla vinculação temática decorrente da interdisciplinaridade, alegações de eventual direcionamento do certame, limitando o número de vocacionados para a disputa da vaga.

Isso não impede, todavia, a dupla vinculação almejada pela proposta. Parece conveniente, no entanto, seja a proposta dotada de melhor técnica jurídica, o que se poderia alcançar pela inclusão de um artigo 130-A ao Regimento Geral que previsse condições, trâmite e consequências da dupla vinculação.

Assim, os concursos continuariam a ser realizados para um único Departamento ou Unidade, relativamente ao qual o docente selecionado em concurso público teria vínculo principal e originário. A partir daí, satisfeitos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

os requisitos da norma, poderia ter lugar a tramitação do pedido de vinculação subsidiária que, aprovado pelos órgãos competentes, desencadearia as consequências almejadas pela proposta.

Como requisitos, mostra-se conveniente o estabelecimento de um plano de atividades a ser desenvolvido na Unidade ou Departamento de vinculação subsidiária, o compromisso de que tais atividades não impedirão ou dificultarão o cumprimento das obrigações com a Unidade ou Departamento de vinculação principal e originária. Eventualmente, poder-se-ia prever um tempo mínimo de exercício das atividades docentes no âmbito da Universidade de São Paulo, que poderia ser fixado, por exemplo, em três anos, metade do período de experimentação e submissão à CERT de relatórios bienais.

Quanto à tramitação, faz-se mister a aprovação do pedido pelo Conselho do Departamento da vinculação principal e pelo CTA da Unidade ou apenas por este último, nas Unidades que não se subdividem em Departamentos. Aprovado na Unidade de origem, o pedido deverá ser encaminhado para a Unidade do pleiteado vínculo subsidiário para oitiva do Departamento (se for o caso) e CTA dessa última Unidade. Aprovados em ambas as Unidades, deverá o pedido tramitar pelo DRH para cadastro da vinculação subsidiária.

Por fim, quanto às consequências, deverá ser garantido ao docente com vínculo subsidiário aprovado o direito de desempenhar as atividades a que se propôs junto à Unidade do novo vínculo, inclusive com participação nos órgãos de administração desta Unidade, podendo ser eleito membro do Conselho Departamental, de Comissões Estatutárias, CTA, Congregação ou Conselho Deliberativo e, inclusive, Diretoria e Vice-Diretoria.

Assim, sugere-se a seguinte redação ao artigo 130-A, ora proposto:

Artigo 130- A - Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa, permitir-se-á a vinculação subsidiária de docentes a outra Unidade ou Departamento, observados os seguintes requisitos:

Assinatura manuscrita em tinta preta, apresentando uma letra inicial 'S' estilizada e fluida.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5

I – ter o docente, ao menos, três anos de efetivo exercício de funções docentes na USP;

II – apresentação de termo de responsabilidade do cumprimento integral das obrigações docentes junto ao Departamento de vinculação principal e originária;

III – apresentação de plano de atividades a serem desenvolvidas junto ao Departamento de vinculação subsidiária.

§ 1º - O pedido de vinculação subsidiária deverá ser formulado pelo interessado e contar com pronunciamento favorável dos Conselhos dos Departamentos e dos CTAs das Unidades envolvidas.

§ 2º - Aprovado pelas instâncias mencionadas no parágrafo anterior, o pedido deverá ser encaminhado ao DRH da VREA para cadastramento.

§ 3º - O docente com vinculação subsidiária poderá exercer funções colegiadas e/ou administrativas em quaisquer das Unidades a que vinculado, vedada a cumulação.

É o que competia a esta Procuradoria Geral ponderar.

Encaminhem-se os autos ao IEE para análise e aprovação do Conselho Deliberativo, se o caso. Havendo alterações na proposta ora apresentada pela Procuradoria Geral, os autos deverão retornar para nova análise. Havendo aprovação da proposta, os autos poderão seguir para a Secretaria Geral, para tramitação pela(s) Comissão(ões) competente(s) e final submissão ao colendo Conselho Universitário.

Procuradoria Geral, 3 de julho de 2012


Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



2012DG02OF051

ILS/vms.

DECLARAÇÃO

Declaro que o Conselho Deliberativo do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo aprovou na 212ª Reunião – Extraordinária, realizada em 05 de Julho de 2012, a proposta substitutiva elaborada pela Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, visando a inclusão do artigo 130-A no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, conforme folhas de 09 a 12 do processo de número 2012.1.147.4.8.

São Paulo, 06 de Julho de 2012.

Professor Doutor Ildo Luis Sauer
Presidente

Conselho Deliberativo do Instituto de Eletrotécnica e Energia
Universidade de São Paulo

Processo 12.1.147.4.8 – Instituto de Eletrotécnica e Energia**RELATÓRIO**

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Geral da USP em seus artigos 122, 125 e 130, encaminhada pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia; tendo em vista o processo de implantação da interdisciplinaridade e de Programas Interunidades na USP, a sugestão do IEE tem por objetivo permitir a dupla vinculação de docentes, criando cargos vinculados *“... a mais de um Departamento ou Unidade, por proposta dos Departamentos ou órgãos interessados, mediante pronunciamento favorável do CTA e da Congregação ou Conselho Deliberativo das Unidades envolvidas.”*, estabelecendo que *“No caso de cargos vinculados a mais de um Departamento o programa deverá ser proposto pelos Departamentos e apreciado pelas Congregações ou Conselhos Deliberativos envolvidos.”* e permitindo que um docente seja vinculado *“...a mais de um Departamento ou Unidade para viabilizar o ensino e pesquisa interdisciplinares ou interunidades em programas e atividades devidamente aprovados pelas instâncias pertinentes no âmbito da Universidade.”*

O Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo F. de Campos Monaco, analisou a proposta tendo em vista os aspectos jurídicos e considerou que *“...a dupla vinculação originária não parece ser conveniente por razões de mérito administrativo. Explica-se. No trâmite de distribuição dos cargos docentes são analisados pelos órgãos responsáveis diversos indicadores referentes às atividades dos departamentos e unidades contemplados. Ademais disso, na hipótese de vacância do cargo, poderá haver dúvidas e disputas acerca do destino de eventual vaga de reposição. E mais do que isso, poderá haver, em caso de indicação originária e explícita de dupla vinculação temática decorrente da interdisciplinaridade, alegações de eventual direcionamento do certame, limitando o número de vocacionados para a disputa da vaga.”*

Apesar dessas considerações, o Sr. Procurador Geral oferece uma alternativa para atender à necessidade da dupla vinculação apontada na

proposta do IEE, que seria a inclusão, no Regimento Geral da USP, do artigo 130-A, com a seguinte redação:

“Artigo 130-A – Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa, permitir-se-á a vinculação subsidiária de docentes a outra Unidade ou Departamento, observados os seguintes requisitos:

I – ter o docente, ao menos, três anos de efetivo exercício de funções docentes na USP;

II – apresentação de termo de responsabilidade do cumprimento integral das obrigações docentes junto ao Departamento de vinculação principal e originária;

III – apresentação de plano de atividades a serem desenvolvidas junto ao Departamento de vinculação subsidiária.

§ 1º - O pedido de vinculação subsidiária deverá ser formulado pelo interessado e contar com pronunciamento favorável dos Conselhos dos Departamentos e dos CTAs das Unidades envolvidas.

§ 2º - Aprovado pelas instâncias mencionadas no parágrafo anterior, o pedido deverá ser encaminhado ao DRH da VREA para cadastramento.

§ 3º - O docente com vinculação subsidiária poderá exercer funções colegiadas e/ou administrativas em quaisquer das Unidades a que esteja vinculado, vedada a cumulação.”

A proposta alternativa formulada pelo Sr. Procurador Geral foi encaminhada ao IEE e, submetida ao Conselho Deliberativo daquele Instituto, foi aprovada.

PARECER

Tendo em vista a justificativa apresentada pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE), que aponta o incremento, na Universidade, de programas interdisciplinares e interunidades no ensino e na pesquisa, sugiro que seja **APROVADA** a sugestão formulada pelo Sr. Procurador Geral da USP, de inclusão do artigo 130-A no Regimento Geral da USP, que contempla – dentro dos limites impostos pela técnica jurídica – a proposta encaminhada pelo IEE.

Universidade de São Paulo, 15 de agosto de 2012.


PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

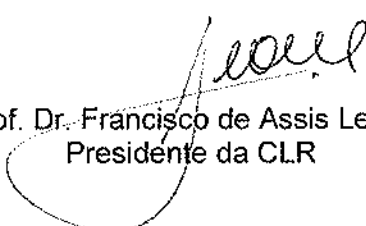
Rub. _____

Processo: 2012.1.147.4.8

Interessado: INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA E ENERGIA

A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do Regimento Geral, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

São Paulo, 15 de agosto de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

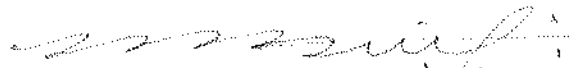
Rub. _____

Processo: 2012.1.147.4.8

Interessado: INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA E ENERGIA

A CAA aprova a proposta de alteração do Regimento Geral, nos termos do parecer da
d. Procuradoria Geral.

São Paulo, 20 de setembro de 2012.



Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto
Presidente da CAA

De ordem o Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.
São Paulo, 20 de setembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

MINUTA

Secretaria Geral

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica criado o artigo 130-A na Seção I, do Capítulo I, do Título VI do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19.10.90, com a seguinte redação:

"Artigo 130-A – Havendo conveniência para o ensino e para a pesquisa, permitir-se-á a vinculação subsidiária de docentes a outra Unidade ou Departamento, observados os seguintes requisitos:

I – ter o docente, ao menos, três anos de efetivo exercício de funções docentes na USP;

II – apresentação de termo de responsabilidade do cumprimento integral das obrigações docentes junto ao Departamento de vinculação principal e originária;

III – apresentação de plano de atividades a serem desenvolvidas junto ao Departamento de vinculação subsidiária.

§ 1º - O pedido de vinculação subsidiária deverá ser formulado pelo interessado e contar com pronunciamento favorável dos Conselhos dos Departamentos e dos CTAs das Unidades envolvidas.

§ 2º - Aprovado pelas instâncias mencionadas no parágrafo anterior, o pedido deverá ser encaminhado ao DRH da VREA para cadastramento.

§ 3º - O docente com vinculação subsidiária poderá exercer funções colegiadas e/ou administrativas em quaisquer das Unidades a que esteja vinculado, vedada a cumulação."

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Secretaria Geral

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 2012.1.147.4.8)

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

3. PROCESSO 2012.1.656.43.0 – INSTITUTO DE FÍSICA



São Paulo, 30 de março de 2012.

Of.DAAA/051/12

RFJ/ima

Exmo. Reitor,

Informo a V.Sa. que a Congregação do Instituto de Física, em sua 463ª Sessão Ordinária, realizada em 29.03.12, aprovou a proposta de alteração do artigo 167 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, conforme documento em anexo.

Essa proposta trata essencialmente da questão da prova escrita que, no entendimento daquele Colegiado, não se constitui em item essencial para a avaliação das competências desejáveis em um livre-docente do Instituto de Física, (no IF é realizada ainda prova prática, além das 4 provas previstas no Regimento Geral).

No entanto, a Congregação entende que essa pode ser uma prova de relevância para outras áreas da Universidade, por isso propõe que ela seja mantida, podendo, no entanto, ser substituída por outra prova, tendo em vista a realidade de cada área.

Na oportunidade, reitero a V. Sa os protestos de estima e consideração.

Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim
- Diretor -

Exmo. Sr.
Prof. Dr. João Grandino Rodas
DD. Reitor da Universidade de São Paulo



**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 167
DO REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Texto atual do Regimento da USP	Alteração proposta
<p>Artigo 167. O Concurso de Livre-Docência consta de:</p> <p>I – prova escrita;</p> <p>II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela;¹²⁷</p> <p>III – julgamento do memorial com prova pública de arguição;</p> <p>IV – avaliação didática;</p> <p>Paragrafo Único: A critério da Unidade poderá ainda ser realizada outra prova.</p>	<p>Artigo 167. O Concurso de Livre-Docência consta de:</p> <p>I – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela;</p> <p>II – julgamento do memorial com prova pública de arguição;</p> <p>III – avaliação didática;</p> <p>IV – prova escrita ou outra prova, a critério da Unidade.</p>



PG. P. 1774/12 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 2012.1.656.43.0

INTERESSADO: Instituto de Física

ASSUNTO: Proposta de alteração do artigo 167 do Regimento Geral: prova escrita no concurso para Livre-Docência. Alternativa: prova escrita ou outra prova, a critério da Unidade. Supressão do parágrafo único do artigo 167: facultatividade da quinta prova, a critério da Unidade, no concurso. Análise jurídico-formal.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do artigo 167 do Regimento Geral (fls. 2), aprovada pela Congregação do Instituto de Física, em sessão ordinária realizada em 29 de março de 2012 (fls. 3), encaminhada pelo GR à Procuradoria Geral, para análise jurídico-formal (fls. 4).

A proposta consiste na: a) supressão da facultatividade da quinta prova do concurso para obtenção do título de Livre-Docência – parágrafo único do artigo 167 do Regimento Geral; e b) transformação da obrigatoriedade da prova escrita – inciso I do artigo 167 – em facultativa entre ela ou outra prova, a critério da Unidade.

O fundamento, de acordo com a Unidade, é que a prova escrita não se constitui em item essencial para a avaliação das competências desejáveis em um livre-docente do IF.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

Sob o aspecto jurídico-formal, nada obsta a presente proposta.

Observamos apenas, quanto à redação do dispositivo, que: a) a numeração do artigo deve vir acompanhada de traço, não de ponto; b) o parágrafo único de artigo deve ser indicado pela expressão "Parágrafo único", seguida de traço e separada do texto normativo por dois espaços em branco.

Com as considerações acima, recomendamos o prosseguimento do feito, para apreciação das instâncias superiores.

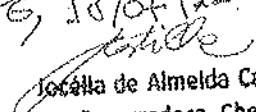
É o parecer.

À consideração superior.

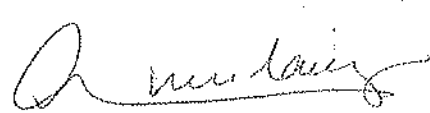
Recomendamos o encaminhamento dos autos ao GR.

Procuradoria Geral, 28 de junho de 2012.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
PG, 18/07/12.

Jocella de Almeida Castello
Procuradora Chefe

À Secretaria Geral.
PG/SP 18/07/2012


Ana Maria da Cruz
Procuradora Geral Substituta

PROCESSO: 2012.1.656.43.0

INTERESSADO: INSTITUTO DE FÍSICA

ASSUNTO: Proposta de alteração do artigo 167 do Regimento Geral


PARECER

O presente processo contempla a solicitação de alteração do artigo 167 do Regimento Geral, aprovada pela Congregação do Instituto de Física (IF) em sessão realizada em 29/03/2012. Informa também, que no entendimento da Congregação, a prova escrita não se constitui em item essencial para a avaliação das competências desejáveis em um livre-docente do IF, mas, entende que essa pode ser uma prova de relevância para outras áreas da Universidade, por isso deve ser mantida. No entanto, ser substituída por outra prova, tendo em vista a realidade de cada área.

O parecer da PG/USP (fls.07), sob o aspecto jurídico formal, nada obsta a presente proposta, sendo que a mesma consiste na: a) supressão da facultatividade da quinta prova do concurso para obtenção do título de Livre-Docência – parágrafo único do artigo 167 do Regimento Geral; e b) transformação da obrigatoriedade da prova escrita – inciso I do artigo 167 – em facultativa entre ela ou outra prova, a critério da Unidade.

Parecer: PARECER FAVORÁVEL, devendo tal opção constar no Regimento da Unidade, ou seja, do Instituto de Física (IF).

São Paulo, 15 de agosto de 2012



Douglas Emygdio de Faria

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA**

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2012.1.656.43.0

Interessado: INSTITUTO DE FÍSICA

A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do artigo 167 do Regimento Geral, com a recomendação de que tal opção conste do Regimento da Unidade.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

MINUTA

Secretaria Geral

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O artigo 167 do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19.10.90, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 167 - O concurso de Livre-Docência consta de:

- I - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela;
- II - julgamento do memorial com prova pública de arguição;
- III - avaliação didática;
- IV - prova escrita ou outra prova, a critério da Unidade."

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 2012.1.656.43.0)

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE

**1. PROTOCOLADO 2012.5.48.55.1 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS
MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO**

ATAc//055/12
JCM/fmom.-

São Carlos, 13 de fevereiro de 2012.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. **RUBENS BEÇAK**
Secretário Geral da
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

Senhor Secretário Geral,

Encaminho abaixo, para apreciação da Comissão de Legislação e Recursos da USP, as alterações propostas para o **Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação**, que passou a ter a seguinte redação:

Capítulo V

Do Conselho Técnico Administrativo – CTA

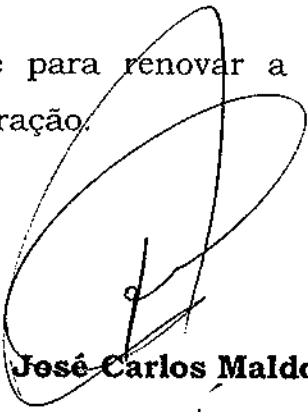
Artigo 6º. – O CTA tem a seguinte constituição:

- VII. O Diretor, seu Presidente; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);*
- VIII. O Vice-Diretor; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);*
- IX. Os Chefes dos Departamentos; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);*
- X. Quatro representantes docentes. (Alterado)*
- XI. Um representante discente; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);*
- XII. Um representante dos servidores técnico administrativos. (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP).*

Parágrafo 1º. – Os representantes indicados nos incisos IV, V e VI serão eleitos por seus pares. **(Mantido).**

Parágrafo 2º. – Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos inciso VI e VI e de um ano o do representante a que se refere o inciso V, admitindo-se, nos três casos, reconduções. **(Mantido).**

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa
Senhoria meus protestos de distinta consideração.


José Carlos Maldonado
Diretor



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

05

PG.P. n. 826/12
SYHC

Autos USP n.: 2012.5.48.55.1

Interessado(a): INSTITUTO DE
CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE
COMPUTAÇÃO – ICMC.

Assunto: Proposta de alteração do
Regimento Interno da Unidade para
modificar a composição do Conselho
Técnico-Administrativo – CTA. Análise
jurídico-formal. Necessidade de correções
formais da proposta e de juntada de
documento que ateste a aprovação pela
Congregação da Unidade.

PARECER

Senhor Procurador Geral,

1. Trata-se de analisar a alteração proposta pelo ICMC ao seu Regimento Interno, a fim de modificar a atual composição do seu Conselho Técnico-Administrativo – CTA aumentando-se de dois para quatro o número de representantes docentes.

2. A minuta a ser analisada consta de fls. 02 e não há nos autos informação quanto a ter sido aprovada ou não pela Congregação da Unidade.

24



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

3. Encaminhados os autos à Secretaria Geral – SG, vieram a este órgão consultivo para análise jurídico-formal da proposta (fls. 03).

É o relatório do quanto necessário. Passo a opinar.

4. Inicialmente, deve-se apontar que a minuta encaminhada a fls. 02 alterou não só o número de representantes docentes (inc. IV do art. 6º do Regimento do ICMC – Resolução n. 4118/1994), mas também a referência ao representante dos servidores que não atuam na atividade docente (inc. VI), embora esta última alteração não tenha sido indicada pela cor vermelha.

5. Com efeito, na redação atualmente vigente do Regimento do ICMC, fala-se em representante dos "servidores não-docentes", porém, a minuta de fls. 02 utiliza a expressão "servidores técnico administrativos" (sic).

6. A minuta precisa ser adequada à Resolução n. 5912/2011, a qual dispõe sobre a Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos da Universidade. Segundo este texto normativo, tais servidores devem ser referidos como "servidores técnicos e administrativos". Por esta razão, na minuta proposta, a expressão "servidores técnico administrativos" (sic) deverá ser substituída por "servidores técnicos e administrativos".

7. Outra correção a ser feita na minuta proposta refere-se à numeração dos incisos do art. 6º do Regimento do ICMC.

8. A este respeito, a numeração deve iniciar-se no inciso I ("I - o Diretor, seu Presidente;"), terminando no inciso VI. Na minuta, equivocadamente, a numeração iniciou-se em VII e terminou em XII. Este lapso deverá ser corrigido.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

66

9. Quanto à ampliação dos membros do CTA do ICMC de dois para quatro representantes docentes, não se apresentam óbices jurídicos, uma vez que o art. 40, §2º, do Regimento Geral da USP permite que as Unidades, por meio de seus Regimentos, ampliem a composição do CTA em até quatro membros:

"Artigo 40 - Em conformidade com o disposto no § 2º do art 47 do Estatuto, o CTA é constituído:

"I - pelo Diretor;

"II - pelo Vice-Diretor;

"III - pelos Chefes de Departamento;

"IV - por um representante discente;

"V - por um representante dos servidores não-docentes.

"§ 1º - Os representantes indicados nos incisos IV e V serão eleitos pelos seus pares e terão mandatos, de um e dois anos, respectivamente, permitida recondução.

"§ 2º - O CTA poderá, ainda, ser integrado, no máximo, por outros quatro membros, conforme dispuserem os regimentos das Unidades.

"§ 3º - O mandato dos membros referidos no parágrafo anterior será de dois anos.

"§ 4º - Na hipótese dos membros mencionados no § 2º integrarem o CTA, na qualidade de representantes de outro colegiado, o término de seu mandato coincidirá com o do colegiado representado.

"§ 5º - Caso representantes discentes ou de servidores não-docentes venham integrar o CTA nos termos do § 2º, aplica-se o disposto no § 1º deste artigo no que diz respeito ao mandato." (grifei).

10. Destarte, nada impede a alteração do inc. IV do art. 6º do Regimento do ICMC para ampliar de dois para quatro os representantes docentes na composição do CTA desta Unidade.

11. No entanto, para que esta proposta possa ser submetida à análise da CLR, inicialmente faz-se necessário comprovar se houve a sua aprovação pela Congregação da Unidade.

12. No expediente sob exame, não há qualquer informação a respeito de eventual submissão desta proposta à Congregação da Unidade, razão pela qual se afigura necessário o retorno dos autos ao ICMC para que seja comprovada a anuência deste colegiado.

49



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

13. Do exposto, do ponto de vista jurídico, poderá ser ampliado de dois para quatro o número de representantes docentes na composição do CTA do ICMC, por meio de alteração de seu Regimento, desde que seja atestada a aprovação desta medida pela Congregação da Unidade e desde que a minuta seja corrigida, numerando-se seus incisos de I a VI e modificando-se a referência de seu inc. VI para "servidores técnicos e administrativos".

14. Sendo o que me competia observar, submeto os autos à apreciação da d. Chefia, com sugestão de envio ao ICMC, para providências.

Procuradoria Geral, 26 de março de 2012.

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Procuradora
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

De acordo.
PG, 26/03/12.

Isabella de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.

Ao ICMC para, alternativamente,

comprovar a aprovação pela E. Congrega-
ção ou submeter a proposta ao Cole-
giado. Após, e mantida a redação
de fls 2, à Secretaria Geral para cita-
ção da d. CLR

PG, 26 mar 2012

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Neto
Procurador Geral

A AAC
Para assinatura
Presença
d
9/05/2012

ATAc//161/12
JCM/fmom.-

São Carlos, 09 de abril de 2012.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. **RUBENS BEÇAK**
Secretário Geral da
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

Senhor Secretário Geral,

Conforme solicitado no verso da folha de número 06 do presente protocolado, encaminho abaixo, para apreciação da Comissão de Legislação e Recursos da USP, correções nas alterações propostas para o **Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)**, aprovada, por unanimidade dos membros presentes, pela Congregação do ICMC, em sessão de 10.02.2012, que passou a ter a seguinte redação:

Capítulo V

Do Conselho Técnico Administrativo – CTA

Artigo 6º. – O CTA tem a seguinte constituição:

I. O Diretor, seu Presidente; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);

II. O Vice-Diretor; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);

III. Os Chefes dos Departamentos; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);

IV. Quatro representantes docentes. (Alterado)

V. Um representante discente; (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP);

VI. Um representante dos servidores técnico e administrativos. (Redação alterada). (Exigido no artigo 47º. do Estatuto da USP).

Parágrafo 1º. – Os representantes indicados nos incisos IV, V e VI serão eleitos por seus pares. **(Mantido)**.

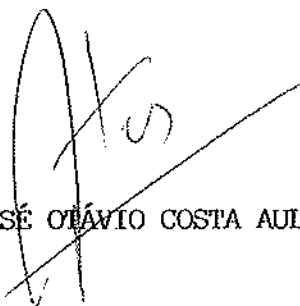
Parágrafo 2º. – Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos inciso VI e VI e de um ano o do representante a que se refere o inciso V, admitindo-se, nos três casos, reconduções. **(Mantido)**.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de distinta consideração.


José Carlos Maldonado
Diretor

PROTOCOLADO 2012.5.48.55.1 ICMC

Considerando que o Instituto possui 144 docentes, dos quais 15% (21) são professores titulares, 26% (38) são professores associados e 59% (85) são professores doutores, solicito que a Unidade seja consultada quanto à conveniência (ou não) de definir o número de representantes de cada categoria docente (por exemplo, 1 titular, 1 associado e 2 doutores, para manter uma proporcionalidade com o total de cada categoria). Penso que, mantida a indefinição, todos os representantes docentes poderão ser da categoria com a maior quantidade de pessoas (neste caso, doutores), já que eles têm maior número de votos...



Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO COSTA AULER JUNIOR

ATAG/240/2012

São Carlos, 11 de julho de 2012.


Ilmo. Sr.
Prof. Dr. RUBENS BEÇAK
Secretário Geral da USP
São Paulo - SP

Senhor Secretário Geral,

Em atendimento ao solicitado às folhas 29 do presente protocolado, informo-lhe que a Congregação do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, em sessão de 29.06.2012, analisou a sugestão encaminhada pelo relator, porém decidiu, por unanimidade dos membros presentes, **manter a proposta** de alteração do Regimento do ICMC, conforme consta às folhas 26, sem vinculação dos representantes docentes às respectivas categorias.

Agradecendo a atenção dispensada, aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,


p/ José Carlos Maldonado
Diretor do ICMC-USP

RELATÓRIO

Trata-se de proposta de alteração do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), em seu artigo 6º, inciso IV, que define a composição do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Unidade em relação à representação docente. Atualmente, o CTA do ICMC tem dois representantes docentes e a proposta é de que esse número seja aumentado para quatro. A proposta sugere também a retificação do inciso VI do mesmo artigo 6º que, na redação atual, faz referência aos *servidores não docentes* e passaria a ser, na sugestão do ICMC, *“servidores técnico administrativos.”*

A Procuradoria Geral da USP, em seu parecer, aponta para a necessidade de que essa redação seja adequada à Resolução nº 5912/2011, passando a ser *servidores técnicos e administrativos.”*; aponta também outras correções quanto à forma, a serem feitas. A Unidade, às fls.26, realiza em parte as correções apontadas pela Procuradoria Geral; os incisos devem ser indicados por algarismos romanos seguidos de hífen e o texto deve ser iniciado com letra minúscula – isto não foi seguido; o texto do inciso VI menciona servidores técnico e administrativos, quando deve ser servidores técnicos e administrativos.

Há um equívoco na redação do Parágrafo 2º, apresentada da seguinte forma (fls.26): *“Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos inciso (sic) VI e VI e de um ano o do representante a que se refere o inciso V, admitindo-se, nos três casos, reconduções.”*

A Unidade foi consultada quanto à conveniência de ser definido o número de representantes por categoria docente (professor titular, professor associado, professor doutor) e a Congregação decidiu, por unanimidade, manter a proposta, sem vincular com as categorias docentes.

PARECER

Feitas as necessárias correções quanto à forma, sugiro que seja APROVADA as alterações propostas, devendo o artigo 6º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação passar a ter a seguinte redação:

“Artigo 6º - O CTA tem a seguinte constituição:

I – o Diretor, seu Presidente;

II – o Vice-Diretor;

III – os Chefes dos Departamentos;

IV – quatro representantes docentes;

V – um representante discente;

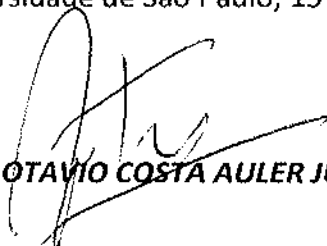
VI – um representante dos servidores técnicos e administrativos.

Parágrafo 1º - Os representantes indicados nos incisos IV, V e VI serão eleitos por seus pares.

Parágrafo 2º - Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos incisos IV e VI e de um ano o do representante a que se refere o inciso V, admitindo-se, nos três casos, reconduções.”

Universidade de São Paulo, 15 de agosto de 2012.

PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

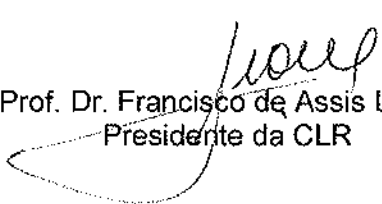
Rub. _____

Protocolado: 2012.5.48.55.1

Interessado: INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO

A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do artigo 6º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Altera dispositivo do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – Os incisos IV e VI do art. 6º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, baixado pela Resolução nº 4118, de 28 de setembro de 1994, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 6º - O CTA tem a seguinte constituição:

...

IV - quatro representantes docentes; (NR)

...

VI – um representante dos servidores técnicos e administrativos.” (NR)

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Prot. 2012.5.48.55.1)

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

**2. PROTOCOLADO 2012.5.337.55.3 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS
MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO**

ATAc/283/2012
JCM/fcmr.-

São Carlos, 03 de setembro de 2012.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. **RUBENS BEÇAK**
Secretário Geral da
Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

Senhor Secretário,

Encaminho abaixo, para apreciação da Comissão de Legislação e Recursos da USP, a alteração proposta para o **Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação**, que passou a ter a seguinte redação:

Capítulo I
DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído pelos seguintes Departamentos e Centros:

- I. Departamento de Matemática (SMA);
- II. Departamento de Ciências de Computação (SCC);
- III. Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (SME);
- IV. Departamento de Sistemas de Computação (SCC);
- V. Centro de Competência em Software Livre (CCSL);
- VI. **Centro de Matemática e Estatística Aplicada a Indústria (CeMEAI).**

Informo que a alteração acima foi aprovada pela Congregação do ICMC em sessão de 31.08.2012.

Coloco-me à disposição para outros esclarecimentos e aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de distinta consideração.


Prof. Dr. Jose Carlos Maldonado
Diretor do ICMC

RELATÓRIO

Trata-se de proposta de alteração do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), em seu artigo 1º, que define a constituição do Instituto quanto aos seus departamentos. O ICMC possui, hoje, quatro departamentos – Departamento de Matemática; Departamento de Ciências de Computação; Departamento de Matemática Aplicada e Estatística e Departamento de Sistemas de Computação – e um Centro de Competência em Software Livre (acrescentado ao Regimento da Unidade pela Resolução nº 6068, de 1º de março de 2012). A proposta ora apresentada submete à CLR o acréscimo do Centro de Matemática e Estatística Aplicada à Indústria.

PARECER

Sob o aspecto formal, considero que não há qualquer óbice quanto à alteração do Regimento, aprovada pela Congregação do ICMC em 31.8.2012; sugiro que seja APROVADA.

Universidade de São Paulo, 17 de setembro de 2012.


PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Protocolado: 2012.5.337.55.3

Interessado: INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO

A CLR, em sessão realizada em 18 de setembro de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do artigo 1º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação.

São Paulo, 18 de setembro de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 18 de setembro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Altera dispositivo do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O artigo 1º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, baixado pela Resolução nº 4118, de 28 de setembro de 1994 e alterado pela Resolução nº 6068, de 1º de março de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído pelos seguintes Departamentos e Centros: (NR)

I - Departamento de Matemática (SMA);

II - Departamento de Ciências de Computação (SCC);

III - Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (SME);

IV - Departamento de Sistemas de Computação (SSC);

V - Centro de Competência em Software Livre (CCSL);

VI – Centro de Matemática e Estatística Aplicada à Indústria (CeMEAI).

Parágrafo único - Os Departamentos e os Centros terão seus próprios Regimentos."

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Prot. 2012.5.337.55.3)

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

**3. PROCESSO 2011.1.1826.59.2 – FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO**



**Composição e Critérios da Eleição de Membros das Comissões Coordenadoras de Curso
Intraunidades da FFCLRP – USP**

- Artigo 1º - Cada Curso ou Habilitação, será coordenado por uma comissão de Coordenação de Curso (CoC), nos termos do artigo 64 do Estatuto.
- Artigo 2º - As Comissões Coordenadoras de Curso terão a seguinte composição:
- I - três docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação;
 - II - um docente de cada outro Departamento da FFCLRP – USP, participante do Curso ou Habilitação, desde que responsável por pelo menos 10% de sua carga horária;
 - III - Representação discente equivalente a 20% da representação docente, eleita por seus pares.
 - IV - um docente de outra Unidade participante do curso, desde que a Unidade seja responsável por pelo menos 20% da carga horária do curso;
 - V - no caso de Cursos em que não haja representação docente de outro Departamento ou Unidade a composição da COC será de 4 docentes do Departamento no qual está vinculado o Curso ou Habilitação.
- Artigo 3º - Os representantes docentes serão eleitos pelo Conselho do Departamento, ao qual a representação está vinculada;
- Artigo 4º - Pelo menos 1 (um) dos membros de que trata o inciso I deverá ser membro da Comissão de Graduação;
- Artigo 5º - Cada membro titular terá um suplente, que será eleito obedecendo-se às mesmas normas do titular;
- Artigo 6º - o mandato dos membros docentes será de três anos, permitidas reconduções e renovando-se, anualmente, pelo terço;
- Artigo 7º - Para atender o disposto no parágrafo anterior, a primeira CoC terá docentes com mandatos sorteados para 1, 2 e 3 anos respectivamente;
- Artigo 8º - O mandato do representante discente será de um ano, permitida a recondução;
- Artigo 9º - A CoC elegerá dentre seus membros o Coordenador e seu Suplente, com mandatos de dois anos, permitidas até duas reconduções.

Comissão de Graduação

agosto de 2011



**Pró-Reitoria de
Graduação**

Processo: 2011.1.1826.59.2

Interessado: FFCLRP

O Conselho de Graduação, em Sessão de 16.02.2012, aprovou a manifestação da Câmara Curricular e do Vestibular (fls. 18), favorável a proposta de composição e critérios de eleição das seguintes CoCs intraunidades da FFCLRP: Psicologia, Ciências Biológicas, Ciências da Informação e da Documentação, Pedagogia, Física Médica, Química Bacharelado, Química Licenciatura e Música.

À FFCLRP para os devidos fins.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2012.

Cássia de Souza Lopes Sampaio
Chefe Técnico - Divisão Acadêmica

Ciente. À ATN.
29/2/2012.

Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto
Vice-Diretor da FFCLRP/USP, em exercício
DOESP de 10/09/2011, pág. 172, Sç. Executiva 11

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
14040-901 – RIBEIRÃO PRETO/SP – Fones: (16) 3602-3673 / 3602-3836

Folha de Informação rubricada sob nº **21**.....
do processo 2011.1.1826.59.2.....

Interessada: Comissão de Graduação.

Assunto: inclusão da composição e critérios da eleição de membros das CoCs Intraunidades no regimento da Faculdade.

Informação ATAc – 046/2012

A Congregação em Reunião de 12/04/2012 aprovou, por maioria absoluta de votos, a inclusão da composição e critérios da eleição de membros das Comissões Coordenadoras de Curso Intraunidades no regimento da Faculdade, de acordo com o artigo 52 de suas disposições transitórias.

Para análise da solicitação, anexamos cópia do Regimento desta Faculdade; da Resolução USP – 5062, de 28/08/2003; e da Resolução USP – 5487, de 18/11/2008, que suprimiu o capítulo VI.

Encaminhe-se à **Reitoria** para a tramitação que se fizer necessária.

Diretoria, 16 de abril de 2012.


SEBASTIÃO DE SOUSA ALMEIDA
Diretor



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

PG. P. n. 1710/12
SYHC

Autos USP n.: 2011.1.1826.59.2

Interessado(a): FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
RIBEIRÃO PRETO – FFCLRP.

Assunto: Alteração de Regimento.
Previsão de composição e critérios de
eleição das Comissões de Coordenação
de Curso (CoCs) intraunidades.
Adequação à Resolução CoG n.
5500/2009. Diferença entre "permitida
uma recondução" e "permitida a
recondução". Análise jurídico-formal.

PARECER

Senhor Procurador Geral,

1. Trata-se de proposta de alteração do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP para estabelecer previsão de composição e critérios de eleição das Comissões de Coordenação de Curso (CoCs) intraunidades.

2. A proposta de composição e critérios de eleição das CoCs teve início na Comissão de Graduação da Unidade (fls. 02/03) e foi aprovada pela sua Congregação com modificação quanto à



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

possibilidade de recondução do Coordenador e seu Suplente, para adequação à Resolução CoG n. 5500/2009 (fls. 04).

3. Com a modificação determinada pela Congregação da Unidade (fls. 11), o Conselho de Graduação aprovou a proposta em 16.02.2012 (fls. 19).

4. Houve, na sequência, a sugestão de incluir-se a previsão no Regimento da FFCLRP (fls. 20), o que foi aprovado pela Congregação da Unidade em 12.04.2012 (fls. 21).

5. Encaminhados os autos para análise da d. CLR com cópia do Regimento da FFCLRP (fls. 22/34), vieram a este órgão consultivo para manifestação preliminar (fls. 35)

É o relatório. Passo a opinar.

6. Inicialmente, cumpre-me apontar que não consta dos autos minuta de resolução que vise a modificar o Regimento da Unidade.

7. Com efeito, a fls. 03 há o documento que expressa a proposta de composição e critérios de eleição das CoCs com enunciação de dois artigos e a fls. 11 há repetição do mesmo documento, porém com parágrafos transformados em artigos (e numeração de 1 a 9) e com a modificação aprovada pela Congregação da FFCLRP quanto à possibilidade de duas reconduções do Coordenador e respectivo Suplente da CoC.

8. Porém, não se encontra formalizada no presente expediente minuta de resolução indicando em que Capítulo seria incluída a proposta e qual seria a numeração de seus artigos.

9. Assim, sugere-se que a Unidade apresente minuta específica de resolução que vise à alteração de seu Regimento nos moldes aprovados por sua Congregação.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

38

10. A este respeito, aponto que o mais adequado seria a inserção, no Regimento, de novo capítulo após o revogado Capítulo VI do Título II, que tratava das Comissões Coordenadoras de Curso. O novo capítulo deve ser indicado como "VI-A" e os seus artigos devem ser numerados como "art. 13-A" e "art. 13-B", tudo em cumprimento ao art. 9º, inc. III, letras "a" e "b", da Lei Complementar Estadual n. 863/1999:

Lei Complementar Estadual n. 863/1999

"Artigo 9º - A alteração da lei será feita:

"I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

"II - mediante revogação parcial;

"III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

"a) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do artigo 7º, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

"b) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', ou 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal';

"c) é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando -se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras 'NR' maiúsculas, que significam 'nova redação', entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea 'b'.

"Parágrafo único - O termo 'dispositivo' mencionado nesta lei complementar refere -se a artigos, parágrafos, incisos, itens e alíneas. (NR)"

11. Com relação ao mérito da proposta de composição das CoCs intraunidades da FFCLRP, já houve aprovação do CoG, cabendo apenas alguns apontamentos de ordem formal.

46



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

4

12. Nesta seara, verifico que, embora tenha sido corrigida pela Congregação da Unidade a possibilidade de duas reconduções do Coordenador da CoC e de seu Suplente, resta ainda a necessidade de adequar, à Resolução CoG n. 5500/2009, a redação referente à possibilidade de recondução do **representante discente** na CoC.

13. Quanto a este tema, assim determina referida resolução:

Resolução CoG n. 5500/2009

“Artigo 5º - Serão membros da CoC:

“I - docentes de Unidades, Órgãos de Integração ou Institutos Especializados participantes do curso, guardada a proporcionalidade em relação à carga horária do curso;

“II - representação discente, equivalente a 20% da representação docente, eleita por seus pares.

“§ 1º - O mandato dos membros docentes da CoC será de três anos, permitidas reconduções.

“§ 2º - A representação docente será renovada anualmente pelo terço.

“§ 3º - Os representantes discentes terão mandato de um ano, **permitida uma recondução.**” (grifei).

14. A Resolução CoG aplicável determina, portanto, a possibilidade de **uma recondução** ao representante discente na CoC.

15. A proposta feita pela FFCLRP, contudo, diz expressamente que:

“O mandato do representante discente será de um ano, **permitida a recondução.**” (grifei).

16. Em resumo, enquanto a Resolução CoG n. 5500/2009 diz ser “permitida uma recondução”, a proposta da Unidade fala “permitida a recondução”.

17. Sobre a diferença entre estas duas expressões, há entendimento pacificado da d. Comissão de Legislação e Recursos – CLR tomado a partir de sua decisão de 08.11.1994 com base no parecer do relator da questão nos seguintes termos:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

39

“(…) as expressões ‘permitidas reconduções’, ‘**permitida a recondução**’ e ‘permitida recondução’ são equivalentes e que a expressão ‘**permitida uma recondução**’ significa ‘uma recondução sucessiva’ (…)” (grifei).

18. Desta forma, a expressão contida na norma emanada do CoG permite uma única recondução sucessiva ao representante discente na CoC.

19. Por sua vez, a expressão escolhida pela proposta da FFCLRP, de forma contrária, permite várias reconduções sucessivas.

20. Por esta razão, deve a proposta ser reescrita neste ponto, devendo ser adotado o texto “**permitida uma recondução**”, a fim de que haja observância do art. 5º, §3º, da Resolução CoG n. 5500/2009.

21. Quanto às demais previsões constantes da proposta da Unidade, não vislumbro óbices jurídicos, nem correções formais a ser indicadas.

22. Sendo o que me competia observar, submeto os autos à apreciação da d. Chefia, com sugestão de devolução à FFCLRP para providências.

Procuradoria Geral, 21 de junho de 2012.

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Procuradora
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

De acordo
RG, 27/06/2012
Jocélia
Jocélia de Almida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer
à FFCLRP

PG, 27. jun 2012

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

CAPÍTULO VI (capítulo suprimido pelo art. 3º da Resolução nº 5487/2008);

DAS COMISSÕES COORDENADORAS DE CURSO

Artigo 11— Cada Curso ou Habilitação, será coordenado por uma Comissão de Coordenação de Curso (CoC), nos termos do art. 64 do Estatuto.

Artigo 12— As Comissões Coordenadoras de Curso terão a seguinte composição:

I— três docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação;

II— um docente de cada outro Departamento participante do Curso ou Habilitação, desde que responsável por pelo menos 10% de sua carga horária;

III— um docente responsável por alguma das disciplinas pedagógicas oferecidas no Curso ou Habilitação;

IV— um representante discente.

§ 1º— Os representantes docentes serão indicados pelo Conselho do Departamento, inclusive o das disciplinas pedagógicas.

§ 2º— Pelo menos 1 (um) dos membros de que tratam os incisos I a III deverá ser membro da Comissão de Graduação.

§ 2º— Pelo menos 1 (um) dos membros de que trata o inciso I deverá ser membro da Comissão de Graduação. (redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 5062/2003)

§ 3º— A representação discente será eleita pelos alunos regularmente matriculados nos respectivos Cursos.

§ 4º— Cada membro titular terá um suplente, que será indicado obedecendo-se às mesmas normas do titular.

§ 5º— O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida a recondução e renovando-se, anualmente, pelo terço.

§ 6º— Para atender o disposto no parágrafo anterior, a primeira CoC terá docentes com mandatos sorteados para 1, 2 e 3 anos respectivamente.

§ 7º— O mandato do representante discente será de um ano, permitida a recondução.

§ 8º— Na vacância de membro titular e respectivo suplente, os novos eleitos completarão o mandato em curso.

69
~~§ 9º A CoC elegerá dentre seus membros o Coordenador e seu Suplente, com mandatos de dois anos, permitida a recondução.~~

~~§ 9º A CoC elegerá, dentre seus membros docentes pertencentes à Unidade à qual o curso está vinculado, o Coordenador e seu suplente, com mandato de três anos, permitida a recondução. (redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 5062/2003)~~

~~Artigo 13 Compete às Comissões Coordenadoras de Curso:~~

~~I - analisar e propor ao Conselho do Departamento, a ordenação hierarquizada e respectivas cargas horárias das disciplinas ministradas pelo Departamento interessado;~~

~~II - analisar a pertinência do conteúdo programático e definir a integração das disciplinas, no Curso ou Habilitação;~~

~~III - submeter ao Conselho do Departamento a proposta global do respectivo currículo;~~

~~IV - exercer as demais funções que lhe forem conferidas pelo Regimento Geral, pelas normas emanadas do CoG e pela CG.~~

TEXTO A SER INCLUÍDO:

CAPÍTULO VI-A

DAS COMISSÕES COORDENADORAS DE CURSO INTERAUNIDADES

Artigo 11-A - Cada Curso ou Habilitação, será coordenado por uma Comissão de Coordenação de Curso (CoC), nos termos do artigo 64 do Estatuto.

Artigo 12-B - As Comissões Coordenadoras de Curso terão a seguinte composição:

- I - três docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação;
- II - um docente de cada outro Departamento da FFCLRP – USP, participante do Curso ou Habilitação, desde que responsável por pelo menos 10% de sua carga horária;
- III - representação discente equivalente a 20% da representação docente, eleita por seus pares;

- IV- um docente de outra Unidade participante do curso, desde que a Unidade seja responsável por pelo menos 20% da carga horária do curso;
- V- no caso de Cursos em que não haja representação docente de outro Departamento ou Unidade a composição da CoC será de 4 docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação.

§1º Os representantes docentes serão eleitos pelo Conselho do Departamento, ao qual a representação está vinculada.

§2º Pelo menos 1 (um) dos membros de que trata o inciso I deverá ser membro da Comissão de Graduação.

§3º Cada membro titular terá um suplente, que será eleito obedecendo-se às mesmas normas do titular.

§4º O mandato dos membros docentes será de três anos, permitidas reconduções e renovando-se, anualmente, pelo terço.

§5º Para atender o disposto no parágrafo anterior, a primeira CoC terá docentes com mandatos sorteados para 1, 2 e 3 anos respectivamente.

§6º O mandato do representante discente será de um ano, permitida uma recondução.

§7º A CoC elegerá dentre seus membros o Coordenador e seu Suplente, com mandatos de dois anos, permitidas até duas reconduções.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

54

PG. P. n. 1965/12
SYHC

Autos USP n.: 2011.1.1826.59.2

Interessado(a): FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
RIBEIRÃO PRETO – FFCLRP.

Assunto: Alteração de Regimento.
Previsão de composição e critérios de
eleição das Comissões de Coordenação
de Curso (CoCs) intraunidades. Análise
jurídico-formal. Necessidade de
renumeração dos artigos da minuta.

PARECER

Senhor Procurador Geral,

1. Retornam os autos a esta Procuradoria
Geral após a emissão do Parecer PG n. 1710/2012 (fls. 37/39).

2. Depois da devolução deste expediente à
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP
para adequações na proposta de alteração de Regimento, sobreveio a
minuta de fls. 49/50.

É o relatório do quanto necessário. Passo a
opinar.

28



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

7

3. Analisando o documento ora apresentado, verifica-se que foram atendidas as observações, contidas no parecer jurídico anteriormente emitido, quanto à orientação de acréscimo de um capítulo de numeração "VI-A" e quanto à necessidade de alteração do dispositivo referente à possibilidade de recondução do representante discente na Comissão de Coordenação de Curso (CoC).

4. Sobre o texto de fls. 49/50 há uma única correção a ser feita, e de ordem meramente formal, qual seja, a necessidade de renumeração dos dois artigos do novo Capítulo VI-A respectivamente como "13-A" e "13-B", na forma já apontada no item 10 do Parecer PG n. 1710/2012 (fls. 37/39). A minuta atual (fls. 49/50) erroneamente numerou tais dispositivos como "11-A" e "12-B".

5. Anote-se, por oportuno, que na minuta apresentada já houve o apontamento, feito a lápis, de um erro de digitação em "interaunidades" (fls. 49).

6. Feitas as ressalvas acima, estão os autos em condições de prosseguir para análise da d. CLR.

7. Sendo o que me competia observar, submeto os autos à apreciação da d. Chefia, com sugestão de envio à SG.

Procuradoria Geral, 16 de julho de 2012.

Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Procuradora
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

De acordo
PG, 18/07/12

Jocella de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

De acordo
À Secretaria Geral
PGAP, 19/07/2012

2

Ana Maria da Cruz
Procuradora Geral Substituta



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

PROCESSO: 2011.1.1826.59.2

INTERESSADA: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

ASSUNTO: Proposta de composição e critérios de eleição das CoCs

Senhor Presidente da CLR,

Trazem os autos proposta de alteração do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, para definir a composição das CoCs dos cursos de graduação da Unidade e os critérios de eleição dos membros e do Coordenador e seu Suplente. Segundo informação a fls. 21, a proposta foi aprovada pela Congregação da Unidade. O parecer inicial da Procuradoria Geral sobre a matéria, a fls. 37-39, fez alguns reparos formais que foram corrigidos pela Comissão de Graduação. A minuta resultante, a fls. 49-50, foi então aprovada pela PG, que entretanto apontou algumas falhas de datilografia na redação. Uma vez que, conforme explica o ofício da Presidência da Comissão de Graduação a fls. 5, a mudança visa a atender o disposto pelo artigo 4º da Resolução CoG 5500/2009, não há reparos a fazer quanto ao mérito. Recomendo, assim, que a CLR aprove a minuta com as correções que a PG recomenda, para que a proposta possa ser apreciada pelo Conselho Universitário.

São Carlos, 10 de agosto de 2012

Luiz Nunes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

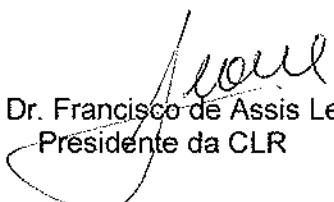
Rub. _____

Processo: 2011.1.1826.59.2

Interessado: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO


A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Altera dispositivo do Regimento da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – Fica criado o Capítulo VI-A no Título II do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, baixado pela Resolução nº 4364, de 26 de março de 1997, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VI-A

DAS COMISSÕES COORDENADORAS DE CURSO INTRAUNIDADES

Artigo 13-A – Cada Curso ou Habilitação, será coordenado por uma Comissão de Coordenação de Curso (CoC), nos termos do artigo 64 do Estatuto.

Artigo 13-B – As Comissões Coordenadoras de Curso terão a seguinte composição:

I – três docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação;

II – um docente de cada outro Departamento da FFCLRP – USP, participante do Curso ou Habilitação, desde que responsável por pelo menos 10% de sua carga horária;

III – representação discente equivalente a 20% da representação docente, eleita por seus pares;

IV – um docente de outra Unidade participante do curso, desde que a Unidade seja responsável por pelo menos 20% da carga horária do curso;

V – no caso de Cursos em que não haja representação docente de outro Departamento ou Unidade a composição da CoC será de 4 docentes do Departamento ao qual está vinculado o Curso ou Habilitação.

§ 1º - Os representantes docentes serão eleitos pelo Conselho do Departamento, ao qual a representação está vinculada.

§ 2º - Pelo menos 1 (um) dos membros de que trata o inciso I deverá ser membro da Comissão de Graduação.



Secretaria Geral

§ 3º - Cada membro titular terá um suplente, que será eleito obedecendo-se às mesmas normas do titular.

§ 4º - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitidas reconduções e renovando-se, anualmente, pelo terço.

§ 5º - Para atender o disposto no parágrafo anterior, a primeira CoC terá docentes com mandatos sorteados para 1, 2 e 3 anos respectivamente.

§ 6º - O mandato do representante discente será de um ano, permitida uma recondução.

§ 7º - A CoC elegerá dentre seus membros o Coordenador e seu Suplente, com mandatos de dois anos, permitidas até duas reconduções."

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 2011.1.1826.59.2)

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral